

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**LAZAM-MDS CORRETORA E
ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.**

31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017



LAZAM-MDS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas

LAZAM-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **LAZAM-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **LAZAM-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Valores correspondentes ao exercício anterior

Por ser o primeiro ano de auditoria, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, não foram por nós auditadas e nem por outros auditores independentes. Consequentemente não estamos emitindo opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2017, conforme determina a NBC TA 510 – trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria de exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis sem vida útil definida

Conforme nota explicativa n.º 14.3, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) no montante de R\$ 104.692.627. Os ativos em referência são decorrentes de aquisições de investimentos realizados nos últimos exercícios, sujeitos a avaliações e julgamentos significativos na determinação de sua recuperabilidade que levam em consideração geração de lucros futuros, estimativas sobre a rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), taxas de crescimento e projeções de fluxo de caixa esperados para os estudos de recuperação do ativo. Essas estimativas são preparadas internamente por profissionais especializados em avaliações dessa natureza e revisadas pela Companhia de acordo com o definido pela estrutura de governança. Dessa forma, consideramos o referido assunto relevante e, portanto, crítico para nossa auditoria.

Resposta de auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliamos e obtivemos entendimento sobre os processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa considerados nos testes de recuperabilidade; (ii) envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas nas avaliações de projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise, entendimento e desafio das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas; (iii) avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos, principalmente os ativos intangíveis sem vida útil definida, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma consistente e adequada tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, não foram por nós auditadas ou outros auditores.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo/SP, 20 de outubro de 2021.



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

QUADRO 1

LAZAM-MDS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
			(não auditado)		(não auditado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	388.410	2.763.140	658.065	3.218.394
Clientes	5	13.679.166	6.855.879	15.484.332	8.442.938
Tributos a recuperar	6	1.539.202	1.426.921	1.711.850	1.501.220
Adiantamentos	7	766.920	240.846	809.251	258.067
Despesas pagas antecipadamente	8	127.418	342.777	168.175	346.433
Demais contas a receber	9	-	48.307	773.888	48.307
Total do ativo circulante		16.501.116	11.677.870	19.605.561	13.815.359
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	10	125.049	139.876	125.049	139.876
Partes relacionadas	11	1.331.378	50.000	-	-
Investimentos em participações societárias	12	2.774.666	1.516.916	1.872.320	102.320
Imobilizado	13	5.874.115	3.556.331	5.953.917	3.629.644
Intangível	14	105.704.380	105.471.860	105.705.785	105.472.190
Total do ativo não circulante		115.809.588	110.734.983	113.657.071	109.344.030
TOTAL DO ATIVO		132.310.704	122.412.853	133.262.632	123.159.389
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	2.456.211	1.922.649	2.792.922	2.148.494
Empréstimos e financiamentos	16	2.011.737	5.197.980	2.011.737	5.197.980
Obrigações sociais e trabalhistas	17	7.801.708	6.790.389	8.227.894	7.108.803
Obrigações tributárias	18.1	4.259.627	2.819.794	4.485.521	3.022.071
Contas a pagar de investimentos		50.001	-	-	-
Provisão para contingências	19	1.879.677	664.978	1.879.677	664.978
Demais contas a pagar	20	1.357.466	1.148.840	1.357.466	1.148.840
Total do passivo circulante		19.816.427	18.544.630	20.755.217	19.291.166
NÃO CIRCULANTE					
Obrigações tributárias	18.2	6.602.367	5.508.147	6.602.367	5.508.147
Total do passivo não circulante		6.602.367	5.508.147	6.602.367	5.508.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.1	72.766.775	72.766.775	72.766.775	72.766.775
Reserva legal	21.2	1.656.257	1.279.665	1.656.257	1.279.665
Reserva de lucros		31.468.878	24.313.636	31.468.878	24.313.636
		105.891.910	98.360.076	105.891.910	98.360.076
Participação de acionistas não controladores		-	-	13.138	-
Total do patrimônio líquido		105.891.910	98.360.076	105.905.048	98.360.076
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		132.310.704	122.412.853	133.262.632	123.159.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

LAZAM-MDS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Receita líquida de vendas e serviços	22	90.446.627	74.024.054	95.590.220	78.356.839
Despesas operacionais					
Comerciais, gerais e administrativas	23	(82.980.912)	(68.876.548)	(87.520.387)	(72.382.892)
Equivalência patrimonial e perda de capital	12	489.127	687.017	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	24	89.697	58.684	177.071	136.043
		(82.402.088)	(68.130.847)	(87.343.316)	(72.246.849)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		8.044.539	5.893.207	8.246.904	6.109.990
Despesas financeiras	25	(204.647)	(1.062.465)	(224.113)	(1.070.857)
Receitas financeiras	26	126.556	300.109	126.831	310.121
Resultado financeiro		(78.091)	(762.356)	(97.282)	(760.736)
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		7.966.448	5.130.851	8.149.622	5.349.254
Imposto de renda e contribuição social	27	(434.614)	103.699	(577.495)	(114.704)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		7.531.834	5.234.550	7.572.127	5.234.550
Lucro (prejuízo) atribuído aos controladores		-	-	7.531.834	5.234.550
Lucro (prejuízo) atribuído aos não controladores		-	-	40.293	-
Quantidade de ações ao final do exercício		2.568.892	2.568.892	2.568.892	2.568.892
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$		2,93	2,04	2,95	2,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

LAZAM-MDS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em reais)

	nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	7.531.834	5.234.550	7.572.127	5.234.550
Outros resultado abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total		<u>7.531.834</u>	<u>5.234.550</u>	<u>7.572.127</u>	<u>5.234.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

LAZAM-MDS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (não auditado)	72.766.775	1.017.937	19.340.814	93.125.526	-	93.125.526
Lucro líquido do exercício	-	-	5.234.550	5.234.550		5.234.550
Destinações do lucro:						-
Constituição da reserva legal	-	261.728	(261.728)	-		-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (não auditado)	72.766.775	1.279.665	24.313.636	98.360.076	-	98.360.076
Lucro líquido do exercício			7.531.834	7.531.834	-	7.531.834
Destinações do lucro:						
Constituição da reserva legal		376.592	(376.592)	-	-	(376.592)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	13.138	13.138
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	72.766.775	1.656.257	31.468.878	105.891.910	13.138	105.528.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

LAZAM-MDS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.531.834	7.572.127
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	489.127	-
Depreciações e amortizações	969.667	992.836
Provisões para contingências	1.214.699	1.214.699
	<u>10.205.327</u>	<u>9.779.662</u>
(Aumento) diminuição dos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(6.823.287)	(7.041.394)
Tributos a recuperar	(112.281)	(210.630)
Adiantamentos a fornecedores	(526.074)	(551.184)
Despesas pagas antecipadamente	215.359	178.258
Demais contas a receber	48.307	(725.581)
Depósitos e cauções	14.827	14.827
Fornecedores	533.562	644.428
Obrigações sociais e trabalhistas	1.011.319	1.119.091
Obrigações tributárias	2.534.053	2.557.670
Adiantamentos de clientes	50.001	-
Demais contas a pagar	208.626	208.626
	<u>(2.845.588)</u>	<u>(3.805.889)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (CONSUMIDOS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.359.739	5.973.773
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de participações acionárias	(1.746.877)	(1.770.000)
Aquisições de ativo imobilizado	(2.993.705)	(3.023.363)
Adições ao ativo intangível	(526.266)	(527.341)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.266.848)	(5.320.704)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recursos aportados em partes relacionadas	(1.281.378)	-
Participação de não controladores	-	(27.155)
Empréstimos e financiamentos	(3.186.243)	(3.186.243)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.467.621)	(3.213.398)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	<u>(2.374.730)</u>	<u>(2.560.329)</u>
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do período	2.763.140	3.218.394
No fim do período	388.410	658.065
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.374.730)</u>	<u>(2.560.329)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LAZAM-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A. tem por objeto social a corretagem e administração de: (i) seguros dos ramos elementares, (ii) seguros dos ramos de vida e capitalização, (iii) planos previdenciários, e (iv) planos privados de assistência à saúde.

A Companhia foi constituída como sociedade anônima em 17 de agosto de 2006.

A sede da Companhia está localizada no Edifício Eldorado Business Tower, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, n.º 8.501, 24º andar, Pinheiros, São Paulo/SP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações). Também foram consideradas as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações financeiras das empresas controladas direta pela Companhia:

Investimentos	Participação	
	2018	2017
Hercó Cons. de Riscos Corretora de Seguros Ltda.	100,0%	100,0%
MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.	100,0%	100,0%
MDS MG Corretora de Seguros Ltda.	50,00%	0,0%

Os períodos de encerramento contábil das controladas, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, e são contabilizados inicialmente ao custo, ajustados subsequentemente pelas participações da investidora nos resultados das operações e outros ganhos e perdas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro (prejuízo) líquido das controladas é apresentada com um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica de “Participação de acionistas não controladores”.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o real (R\$).

3.2. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios realizadas pela Companhia são contabilizadas pelo método de aquisição.

A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição, com exceções destacadas a seguir, quando aplicável:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos reconhecidos e mensurados, de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro; e
- Ativos classificados como mantidos para venda, de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operação Descontinuada.

Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(a) Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes de uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição, e as variações no valor justo da contrapartida contingente subsequente não são classificados como ajustes do período de mensuração, pois depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

(b) Ativo intangíveis adquiridos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data de aquisição, equivalente ao custo de aquisição, e subsequentemente, são mantidos ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

(c) Ágio e teste de redução ao valor recuperável

No momento inicial, o ágio é mensurado como sendo o valor excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, e posteriormente, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)**

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) que beneficiarão das sinergias das combinações de negócios realizadas pela Companhia, e estas são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou quando houver indicação de perda do valor recuperável desse ativo.

Se o valor recuperável da UGC for menor do que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à Unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício, sem a possibilidade de reversão em período subsequente.

As Unidades Geradoras de Caixa definidas pela empresa são as seguintes: Lazam e Herco.

3.3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Empresa.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perda de créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) provisões para demandas judiciais

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3.4. RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

A Administração da Companhia adota como política contábil de apresentação de custos dos serviços prestados em conjunto com as despesas.

3.5. RECONHECIMENTO DE RECEITA

As Sociedades Corretoras de Seguros possuem relacionamento direto com seus clientes, intermediando a venda de seguros, conforme a legislação vigente, mas não assumem quaisquer riscos de sinistralidades associados às apólices intermediadas.

Dessa forma, as comissões recebidas ou a receber que não requeiram que o corretor preste serviços adicionais durante o período de vigência da apólice são reconhecidos como receita na data de emissão ou renovação das respectivas apólices ou na nomeação da corretora. Nos demais casos, a receita é reconhecida de acordo com a vigência do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

A Companhia e suas controladas adotam a norma CPC 47 – Receita de contrato com cliente, sendo o reconhecimento de receita baseado nos cinco passos:

- (1) Identificação dos contratos com os clientes;
- (2) Identificação das obrigações de performance previstas nos contratos;
- (3) Determinação do preço da transação;
- (4) Alocação do preço da transação à obrigação de performance nos contratos;
- (5) Reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

As estimativas de perda de valores não têm impacto significativo no reconhecimento de receita, haja visto que a prestação dos serviços de corretagem não oferece garantias, assim como as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de mensuração pela Companhia.

Não há componentes de financiamento significativos nos contratos celebrados com clientes e nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamentos pactuados pelas partes. Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia.

A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há previsão de variabilidade somente no acordo de produção/comissão adicional, onde a Companhia possui uma remuneração variável mediante a produção de prêmios líquidos baseados em ratings. Assim, a característica de contraprestação variável é aplicável somente aos contratos de acordo de produção/comissão adicional, em função do aumento do volume de prêmios líquidos negociados, cujos efeitos não foram considerados significativos para registro nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais linhas de serviços

(a) Comissão de corretagem

Destinada à venda de seguros nos negócios de ramos elementares, previdências, benefícios, massificados e automóveis, com consultores especializados e realização de cotação de propostas multi-seguradoras, fornecendo soluções em seguros de alto valor agregado.

(b) Agenciamento

Os agenciamentos são devidos quando é um novo cliente corporativo para seguradora e a comercialização de seguros em condições de exclusividade.

(c) Prestação de serviços acordados

Destinada à prestação de determinados serviços aos clientes, como consultoria na reestruturação de seguros, possibilitando à esses clientes a ampliação de sua gama de ofertas na contratação de seguros e redução de custos com prêmios pagos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

Identificação do contrato com cliente

Os contratos celebrados entre a Companhia e clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de recebimento são identificadas. Quando da ausência de contrato são utilizadas práticas comerciais usuais de mercado.

Identificação de obrigação de performance

A obrigação de performance da Companhia refere-se à agenciamento e comissão sobre a apólice/endorosso, mediante a apresentação da proposta de emissão da apólice ou endosso pela seguradora e para remuneração adicional por contrato e prestação de serviço.

Dessa forma, para cada tipo de apólice/endorosso e serviço prestado há um preço estipulado no contrato ou prática comercial adotada pela Companhia refletindo o valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente, preço de venda individual estabelecido em contrato, não havendo previsão de valores variáveis a serem considerados.

Não há cláusulas contratuais e/ou eventos de que os clientes recebam descontos pela compra de um grupo de bens ou serviços, isto é, se a soma dos preços de venda individuais desses serviços prometidos no contrato exceder a contraprestação prometida no contrato, não havendo alocação de desconto a ser realizada às obrigações de performance, nem custo incremental para obtenção de contrato.

Remuneração esperada e alocação da remuneração

A Companhia adota o procedimento de reconhecer receitas referentes à prestação de serviços mediante atendimento das obrigações de desempenho contratuais pelo valor que reflita o valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca da transferência dos serviços prometidos ao cliente.

Julgamento significativo

O julgamento significativo é utilizado para reconhecimento de receitas referentes à prestação de serviços, conforme segue:

- (a) Agenciamento e comissão sobre apólice/endorosso: nomeação da corretora ou aceitação da proposta por parte da seguradora e emissão da apólice/endorosso;
- (b) Remuneração adicional por contrato: prestação do serviço acordado no contrato;
- (c) Acordo de produção/comissão adicional: atingimento das obrigações de performance estabelecidos nos contratos com as corretoras.

Dessa forma, a Companhia satisfaz a obrigação de performance em momento específico do tempo referente a receita de agenciamento e comissão sobre apólice/endorosso e remuneração adicional por contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

Para a obrigação de performance referente acordo de produção/comissão adicional, a Companhia somente satisfaz a obrigação de desempenho quando atinge os ratings estabelecidos nos contratos, dessa forma, efetua o reconhecimento da contraprestação variável ao longo do tempo.

3.6. TRIBUTAÇÃO

a. Tributos indiretos

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60%;
- Imposto sobre Serviços Prestados de Qualquer Natureza (ISSQN): 3%

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas na demonstração do resultado.

b. Tributos diretos

b.1. *Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente*

A Controladora é optante do lucro real, portanto a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% reconhecidos pelo regime de competência.

Algumas controladas optaram pelo regime de lucro presumido.

b.2. *Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido*

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados não possuem prazo de prescrição, sendo a sua compensação limitada a 30% do montante de lucro tributável de cada exercício. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de encerramento e baixado na extensão em que não seja mais provável que os lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo diferido venha a ser utilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

3.7. ATIVOS CIRCULANTES

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

A Empresa revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente. Também são reconhecidos como Estimativa para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD), valores vencidos cujos processos de cobrança foram efetuados e a Administração, em conjunto com a controladoria, entendem que não serão realizados por meio de recebimento.

3.8. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e está mencionado na nota explicativa nº 13.

b. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a prováveis perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

3.9. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

O § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Empresa deva efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Neste exercício não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação dos imobilizados e intangíveis nas operações, portanto nenhuma provisão para a perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

3.10. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.11. PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e são classificados como circulantes quando da sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.12. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.13. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Empresa e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Empresa.

3.14. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÕES

É calculado com base no número de ações nas datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Fundo fixo de caixa	21.418	15.104	23.418	15.104
Bancos	365.668	624.399	588.996	1.024.537
Aplicações financeiras	1.324	2.123.637	45.651	2.178.753
	388.410	2.763.140	658.065	3.218.394

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e referem-se a Certificados de Depósitos, Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos.

As remunerações das aplicações financeiras rendem juros em média de 100% a 115% do CDI.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Contas a receber de clientes	13.679.166	6.855.879	15.484.332	8.442.938
	13.679.166	6.855.879	15.484.332	8.442.938

A Companhia avaliou o risco de não recebimento e julgou que não há necessidade de reconhecer uma provisão para perda sobre as contas a receber de clientes, por essa razão nenhuma provisão foi constituída.

As perdas efetivas com clientes foram registradas diretamente no resultado sendo que a Controladora reconheceu em 2018 o valor de R\$ 182.725 (Em 2017 – R\$ 115.286). No Consolidado a perda efetiva reconhecida em 2018 é de R\$ 192.725 (Em 2017 – R\$ 125.472).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

A análise dos vencimentos dos saldos das contas a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Entre 0 e 30 dias	3.123.563	1.565.503	3.437.663	1.874.409
Entre 30 a 60 dias	2.699.361	1.352.896	3.850.278	2.099.390
Entre 60 a 90 dias	291.666	146.180	326.182	177.853
Entre 90 a 360 dias	203.910	102.198	209.017	113.968
Acima de 360 dias	962.752	482.523	962.752	524.947
Total a vencer	7.281.252	3.649.300	8.785.892	4.790.568
Entre 0 e 30 dias	5.869.127	2.941.555	6.092.558	3.322.009
Entre 30 a 60 dias	92.681	46.451	112.183	61.169
Entre 60 a 90 dias	104.985	52.618	65.605	35.772
Entre 90 a 180 dias	84.694	42.448	17.619	9.607
Entre 180 a 360 dias	105.383	52.817	143.000	77.972
Acima de 360 dias	141.044	70.690	267.475	145.843
Total vencido	6.397.914	3.206.579	6.698.440	3.652.370
	13.679.166	6.855.879	15.484.332	8.442.938

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
IRPJ a recuperar	1.438.407	1.326.126	1.492.710	1.326.126
CSLL a recuperar	64.754	64.754	140.048	108.465
INSS a recuperar	-	-	36.344	-
ISS a recuperar	36.041	36.041	36.041	59.922
PIS e COFINS a recuperar	-	-	6.707	6.707
	1.539.202	1.426.921	1.711.850	1.501.220

IRPJ e CSLL a recuperar

Referem-se a créditos tributários que poderão ser compensados em anos seguintes após a entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal, conforme disposto no artigo 161 da IN RFB n.º 1.717/2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

7. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Fornecedores	356.561	7.649	362.261	7.649
Vale transporte	182.533	54.851	185.557	55.431
Funcionários	168.412	178.346	190.917	194.987
Assistência médica	59.414	-	70.516	-
	766.920	240.846	809.251	258.067

Adiantamentos a fornecedores

Referem-se a adiantamentos de recursos financeiros de serviços e/ou produtos que não foram entregues até a data de encerramento do exercício social.

Adiantamentos a funcionários

Referem-se a adiantamentos de férias que serão gozadas nos meses subsequentes, e por isso foram tratadas como adiantamentos.

Vale transporte e Assistência médica

Referem-se ao adiantamento de benefícios concedidos aos funcionários que serão usufruídos pelos funcionários no mês seguinte.

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Prêmios de seguros a apropriar	101.750	128.630	142.507	132.286
Assinatura e anuidades	25.668	214.147	25.668	214.147
	127.418	342.777	168.175	346.433

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

9. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Outras contas a receber	-	48.307	773.888	48.307
	-	48.307	773.888	48.307

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais referem-se a processos de natureza trabalhistas.

11. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Hercó Consultoria de Risco Ltda.	1.130.000	50.000	-	-
Dividendos a receber	201.378	-	-	-
	1.331.378	50.000	-	-

Os valores a receber da Hercó Consultoria de Risco Ltda. referem-se a contrato de mútuos firmados com a Controladora com prazo de vencimento de até 2 (dois) anos contados a partir da data de liberação dos recursos.

O saldo de dividendos a receber é da controlada MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

12. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Hercos Cons. de Riscos Corretora de Seguros Ltda.	754.863	1.431.595	-	-
MDS MG Corretora de Seguros Ltda.	134.194	-	-	-
838 Soluções Ltda.	1.770.000	-	1.770.000	-
Outros investimentos	100.609	100.609	102.320	102.320
MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.	15.000	(15.288)	-	-
	2.774.666	1.516.916	1.872.320	102.320

A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
			(não auditado)		(não auditado)
Saldo inicial		1.516.916	829.899	102.320	102.320
Aporte de capital	(a)	50.001	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(b)	489.127	687.017	-	-
Pagamento de mútuo	(c)	(350.000)	-	-	-
Dividendos	(d)	(701.378)	-	-	-
Aquisição de investimentos	(e)	1.770.000	-	1.770.000	-
Saldo final		2.774.666	1.516.916	1.872.320	102.320

(a) Aumento de capital realizado na MDS MG Corretora de Seguros Ltda.

(b) Resultado de equivalência patrimonial sobre os resultados das seguintes controlada, conforme apresentado abaixo:

Investimentos	2018		
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado da equivalência
Hercos Cons. de Riscos Corretora de Seguros Ltda.	754.863	(326.731)	(326.731)
MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.	15.000	731.665	731.665
MDS MG Corretora de Seguros Ltda.	97.331	124.486	84.193
			489.127

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

Investimentos	2017		
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado da equivalência
Herco Cons. de Riscos Corretora de Seguros Ltda.	1.431.595	687.017	687.017
MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.	(15.288)	-	-
MDS MG Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-
			687.017

(c) Refere-se a compensação dos contratos de mútuos com a Herco Consultoria de Risco Corretora de Seguros Ltda.

(d) Refere-se aos dividendos pagos pela MDS RE Corretora de Resseguros Ltda.

(e) Refere-se ao valor pago na aquisição da 838 Soluções Ltda.

13. IMOBILIZADO

13.1 - CONTROLADORA

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2018	2017 (não auditado)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.539.800	(1.104.468)	1.435.332	1.109.223
Veículos	20%	407.050	(148.792)	258.258	96.625
Móveis e utensílios	10%	3.416.317	(2.231.769)	1.184.548	991.424
Equipamento de informática	20%	3.719.723	(2.343.069)	1.376.654	1.085.884
Imobilizado em andamento	20%	1.619.323	-	1.619.323	273.175
		11.702.213	(5.828.098)	5.874.115	3.556.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	2017				2018
	Final (não auditado)	Adições	Baixas	Transferências	Final
Custo de aquisição					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.047.488	217.562	-	274.750	2.539.800
Veículos	368.756	212.000	(173.706)	-	407.050
Móveis e utensílios	3.048.694	113.567	-	254.056	3.416.317
Equipamento de informática	3.144.101	571.832	-	3.790	3.719.723
Imobilizado em andamento	273.175	1.878.744	-	(532.596)	1.619.323
	8.882.214	2.993.705	(173.706)	-	11.702.213
Depreciação acumulada					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(938.265)	(166.203)	-	-	(1.104.468)
Veículos	(272.131)	(50.367)	173.706	-	(148.792)
Móveis e utensílios	(2.057.270)	(174.499)	-	-	(2.231.769)
Equipamento de informática	(2.058.217)	(284.852)	-	-	(2.343.069)
	(5.325.883)	(675.921)	173.706	-	(5.828.098)
	3.556.331	2.317.784	-	-	5.874.115

13.2 – CONSOLIDADO

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2018	2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.574.169	(1.126.889)	1.447.280	1.126.158
Veículos	20%	407.050	(150.306)	256.744	96.625
Móveis e utensílios	10%	3.495.993	(2.276.665)	1.219.328	1.020.946
Equipamento de informática	20%	3.828.785	(2.417.543)	1.411.242	1.112.740
Imobilizado em andamento	20%	1.619.323	-	1.619.323	273.175
		11.925.320	(5.971.403)	5.953.917	3.629.644

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	2017				2018
	Final (não auditado)	Adições	Baixas	Transferências	Final
Custo de aquisição					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.081.857	217.562	-	274.750	2.574.169
Veículos	368.756	212.000	(173.706)	-	407.050
Móveis e utensílios	3.114.435	127.502	-	254.056	3.495.993
Equipamento de informática	3.237.440	587.555	-	3.790	3.828.785
Imobilizado em andamento	273.175	1.878.744	-	(532.596)	1.619.323
	9.075.663	3.023.363	(173.706)	-	11.925.320
Depreciação acumulada					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(955.699)	(171.190)	-	-	(1.126.889)
Veículos	(272.131)	(51.881)	173.706	-	(150.306)
Móveis e utensílios	(2.093.489)	(183.176)	-	-	(2.276.665)
Equipamento de informática	(2.124.700)	(292.843)	-	-	(2.417.543)
	(5.446.019)	(699.090)	173.706	-	(5.971.403)
	3.629.644	2.324.273	-	-	5.953.917

14. INTANGÍVEL

14.1 – CONTROLADORA

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2018	2017 (não auditado)
Vida útil indefinida					
Ágio por rentabilidade futura	-	104.692.627	-	104.692.627	104.692.627
Marcas e patentes	-	6.035	-	6.035	6.035
Vida útil definida					
Software	20%	3.405.792	(2.400.074)	1.005.718	773.198
		108.104.454	(2.400.074)	105.704.380	105.471.860

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	2017		2018	
Valor de custo	Final	Adições	Baixas	Final
	(não auditado)			
Vida útil indefinida				
Ágio por rentabilidade futura	104.692.627	-	-	104.692.627
Marcas e patentes	6.035	-	-	6.035
Vida útil definida				
Software	2.879.526	526.266	-	3.405.792
	107.578.188	526.266	-	108.104.454
Amortização acumulada				
Vida útil definida				
Software	(2.106.328)	(293.746)	-	(2.400.074)
	(2.106.328)	(293.746)	-	(2.400.074)
	105.471.860	232.520	-	105.704.380

14.2- CONSOLIDADO

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2018	2017
				(não auditado)	
Vida útil indefinida					
Ágio por rentabilidade futura	-	104.692.627	-	104.692.627	104.692.627
Marcas e patentes	-	6.365	-	6.365	6.365
Vida útil definida					
Software	20%	3.406.867	(2.400.074)	1.006.793	773.198
		108.105.859	(2.400.074)	105.705.785	105.472.190

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	2017			2018
	Final (não auditado)	Adições	Baixas	Final
Valor de custo				
Vida útil indefinida				
Ágio por rentabilidade futura	104.692.627	-	-	104.692.627
Marcas e patentes	6.365	-	-	6.365
Vida útil definida				
Software	2.879.526	527.341		3.406.867
	107.578.518	527.341	-	108.105.859
Amortização acumulada				
Vida útil definida				
Software	(2.106.328)	(293.746)	-	(2.400.074)
	(2.106.328)	(293.746)	-	(2.400.074)
	105.472.190	233.595	-	105.705.785

14.3 – ABERTURA DO ÁGIO POR RENTABILIDADE FUTURA

No quadro abaixo apresentamos a abertura por empresa adquirida o seu respectivo ágio por rentabilidade futura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Ágio de rentabilidade futura				
<i>Empresas incorporadas</i>				
ADDmakler	40.725.516	40.725.516	40.725.516	40.725.516
Miral	32.864.782	32.864.782	32.864.782	32.864.782
Quorum	10.599.480	10.599.480	10.599.480	10.599.480
RSI	9.009.186	9.009.186	9.009.186	9.009.186
MDS Associações	7.270.029	7.270.029	7.270.029	7.270.029
Providence	2.254.010	2.254.010	2.254.010	2.254.010
Terra Nossa	1.332.758	1.332.758	1.332.758	1.332.758
	<u>104.055.761</u>	<u>104.055.761</u>	<u>104.055.761</u>	<u>104.055.761</u>
<i>Empresas controladas</i>				
Herco	<u>636.866</u>	<u>636.866</u>	<u>636.866</u>	<u>636.866</u>
	<u>104.692.627</u>	<u>104.692.627</u>	<u>104.692.627</u>	<u>104.692.627</u>

14.4 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS INTANGÍVEIS

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou o teste do valor recuperável de seus intangíveis, organizados nas Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) mencionadas na nota explicativa n.º 3.2 (c), apoiando-se em análises elaboradas internamente por seus especialistas.

O valor recuperável desses ativos foi determinado pelo método do valor em uso por projeção de fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos acrescido da perpetuidade.

As principais premissas para o teste anual de 2018 estão apresentadas a seguir:

Receitas

As projeções para o ano de 2019 basearam-se, principalmente, nos orçamentos das UGCs aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Na média o crescimento das receitas das UGCs esperado é de 11,6%.

Gastos operacionais.

As projeções para o ano de 2019 basearam-se, principalmente, nos orçamentos das UGCs aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. E para os exercícios sociais seguintes, as despesas fixas foram estimadas com base no crescimento da inflação (variação do IPCA).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

Os tributos sobre o lucro foram calculados com base nas taxas efetivas da Companhia, considerando o aproveitamento dos créditos de impostos das aquisições das corretoras, após as incorporações dessas corretoras pela Controladora.

Taxa de desconto

Nos testes realizados para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os fluxos de caixa foram descontados com taxas médias de 11,83% ao ano, após os impostos, obtidas por meio da metodologia usualmente aplicada pelo mercado que leva em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

Perpetuidade

A Companhia considerou um crescimento nominal de 4% ao ano no período perpétuo.

Resultado

De acordo com os testes de redução ao valor recuperável (*impairment test*), os valores recuperáveis da UGCs somam R\$ 137.781.000. Como resultado, em 2018 não houve o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que os valores recuperáveis eram superiores aos valores contábeis de tais ativos.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Fornecedores	1.896.839	1.497.529	1.985.135	1.586.635
Assessoria de seguros	553.023	411.588	759.585	548.327
Outras contas a pagar	6.349	13.532	48.202	13.532
	2.456.211	1.922.649	2.792.922	2.148.494

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Taxa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
			(não auditado)		(não auditado)
Banco Pine	CDI + 4% a.a.	2.011.737	-	2.011.737	-
Banco Bradesco	CDI + 3% a.a.	-	5.197.980	-	5.197.980
		2.011.737	5.197.980	2.011.737	5.197.980

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Provisão para participação nos lucros	2.823.268	518.822	2.942.636	622.581
Provisão para férias e encargos sociais	2.658.809	2.254.167	2.876.152	2.417.181
INSS a recolher	1.628.003	3.655.534	1.686.093	3.681.812
IRRF sobre folha de pagamento a recolher	353.434	209.113	372.514	225.403
FGTS a recolher	316.532	150.609	327.956	159.682
Contribuições sobre folha de pagamento	14.261	2.144	14.678	2.144
Salários a pagar	7.401	-	7.865	-
	7.801.708	6.790.389	8.227.894	7.108.803

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

18.1 – PASSIVO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
COFINS a recolher	1.653.180	1.299.032	1.737.062	1.360.783
Parcelamento - PIS e COFINS	954.960	889.962	954.960	889.962
Parcelamento - INSS	696.643	-	696.643	-
Parcelamento - Outros impostos	370.014	356.882	370.014	356.882
ISS a recolher	249.089	69.297	317.930	99.246
PIS a recolher	239.295	123.031	257.539	135.856
IPTU a recolher	36.204	21.561	36.242	21.561
Tributos retidos na fonte a recolher	27.389	41.198	33.421	46.045
CSLL a recolher	20.061	-	20.061	-
Outros tributos a recolher	12.792	18.831	15.798	20.391
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	45.851	91.345
	4.259.627	2.819.794	4.485.521	3.022.071

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

18. 2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Parcelamento - PIS e COFINS	2.784.512	3.485.686	2.784.512	3.485.686
Parcelamento - INSS	2.089.928	-	2.089.928	-
Parcelamento - Outros impostos	1.727.927	2.022.461	1.727.927	2.022.461
	6.602.367	5.508.147	6.602.367	5.508.147

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Causas trabalhistas	1.326.261	660.228	1.326.261	660.228
Causas tributárias	457.865	-	457.865	-
Causas cíveis	95.551	4.750	95.551	4.750
	1.879.677	664.978	1.879.677	664.978

Causas trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários da Companhia e/ou das empresas adquiridas, cujos principais pleitos são: equiparação salarial, horas extras, dentre outros pleitos.

Causas tributárias

Referem-se a execução de débitos fiscais relacionadas as empresas adquiridas.

Causas cíveis

Envolvem discussões sobre negativas de cobertura de sinistros realizadas pelas seguradoras, e as corretoras do grupo figuram no polo passivo na condição de intervenientes na venda do seguro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

20. DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Provisão para repasses	1.357.466	1.148.840	1.357.466	1.148.840
	1.357.466	1.148.840	1.357.466	1.148.840

A rubrica de provisão para repasses refere-se as comissões devidas aos parceiros locais pela intermediação de clientes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 – CAPITAL SOCIAL

A composição do capital social subscrito da Empresa em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 72.766.775 (setenta e dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais) divididos em 2.568.892 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizados pelos sócios, conforme apresentado no quadro abaixo:

Acionista	2018		2017	
	Quantidade de ações	% de participação	Quantidade de ações	% de participação
MDS, SGPS S.A.	2.436.981	94,87%	2.436.981	94,87%
MDS Corretor de Seguros S.A.	131.911	5,13%	131.911	5,13%
	2.568.892	100,00%	2.568.892	100,00%

21.2 – RESERVA LEGAL

A Companhia vem constituindo a reserva legal considerando a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

21.3 – DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO

Conforme prevê o estatuto social, a Companhia deverá distribuir os dividendos mínimo obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. No quadro abaixo apresentamos o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	Controladora	
	2018	2017
		(não auditado)
Lucro líquido do exercício	7.531.834	5.234.550
Constituição da reserva legal - 5%	(376.592)	(261.728)
Base de cálculo dos dividendos	<u>7.155.242</u>	<u>4.972.823</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>1.788.811</u>	<u>1.243.206</u>

A Companhia deliberou em 30 de abril de 2019 pela destinação do lucro líquido após as reservas no valor de R\$ 7.155.242 para formação da Reserva de lucros, e como resultado, não houve o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social.

22. RECEITA LIQUIDA DE COMISSÕES E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Comissões	83.758.841	66.872.133	85.913.562	66.872.133
Prestação de serviços	21.047.657	17.740.251	24.552.568	22.674.448
(-) Vendas canceladas	(1.776.812)	(308.264)	(1.805.144)	(308.264)
(-) COFINS	(7.811.843)	(6.377.446)	(8.099.395)	(6.752.445)
(-) PIS	(1.695.992)	(1.385.277)	(1.758.403)	(1.466.691)
(-) ISS	(3.075.224)	(2.517.343)	(3.212.968)	(2.662.342)
	<u>90.446.627</u>	<u>74.024.054</u>	<u>95.590.220</u>	<u>78.356.839</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

23. DESPESAS COMERCIAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Salários, bônus e encargos sociais	(33.118.588)	(25.070.252)	(34.880.746)	(26.532.162)
Comissões de vendas	(13.977.325)	(11.693.837)	(14.000.857)	(11.693.837)
Benefícios a funcionários	(5.004.732)	(5.153.021)	(5.184.118)	(5.294.658)
Consultorias	(4.059.882)	(2.063.336)	(4.468.822)	(2.280.271)
Tributos internacionais	(3.449.255)	(2.657.865)	(3.449.255)	(2.657.865)
Despesas com viagens	(3.274.032)	(2.088.718)	(3.955.477)	(2.604.326)
Assessoria especializada	(3.025.920)	(6.532.063)	(3.973.638)	(7.325.977)
Aluguel de imóveis, veículos e eqtos.	(2.948.839)	(2.597.317)	(3.108.121)	(2.675.515)
Contingências	(2.567.222)	(104.351)	(2.567.222)	(167.351)
Comunicação	(1.688.049)	(1.626.622)	(1.703.140)	(1.627.621)
Serviços de informática	(1.572.841)	(1.336.273)	(1.586.317)	(1.340.857)
Multas e penalidades	(898.080)	(2.227.026)	(901.807)	(2.234.251)
Propaganda e publicidade	(756.390)	(423.773)	(786.386)	(423.773)
Serviços de terceiros	(689.192)	(405.310)	(792.845)	(487.850)
Depreciação	(675.921)	(624.617)	(698.933)	(642.317)
Seguros	(614.806)	(458.777)	(659.879)	(490.089)
Condominio	(598.409)	(493.765)	(618.511)	(493.765)
Despesas diversas	(591.456)	(406.409)	(600.709)	(406.069)
Honorários advocatícios	(514.171)	(433.617)	(529.408)	(462.038)
Patrocínios	(499.393)	(113.955)	(499.393)	(113.955)
Tributos	(355.430)	(736.214)	(410.555)	(774.855)
Congressos, seminários e eventos	(352.938)	(254.560)	(354.412)	(257.500)
Material de escritório	(327.072)	(163.443)	(341.636)	(171.226)
Serviços de limpeza	(324.093)	(280.821)	(334.518)	(281.015)
Amortização	(293.746)	(277.221)	(294.171)	(280.178)
Despesas com transportes	(247.481)	(167.551)	(249.177)	(167.551)
Água e energia elétrica	(246.732)	(249.557)	(251.417)	(249.557)
Perdas com clientes	(182.725)	(115.286)	(192.725)	(125.472)
Auditoria	(126.192)	(120.991)	(126.192)	(120.991)
	<u>(82.980.912)</u>	<u>(68.876.548)</u>	<u>(87.520.387)</u>	<u>(72.382.892)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

24. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Resultado da venda de ativo fixo	71.000	(70.900)	71.000	(70.900)
Outros resultados	18.697	129.584	106.071	206.943
	89.697	58.684	177.071	136.043

25. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Juros sobre empréstimos	(101.827)	(1.007.633)	(101.827)	(1.007.633)
Despesas bancárias	(76.657)	(17.004)	(95.294)	(24.229)
Juros por atraso	(22.129)	(21.946)	(22.788)	(22.239)
Variação cambial passiva	(4.034)	(15.882)	(4.204)	(16.756)
	(204.647)	(1.062.465)	(224.113)	(1.070.857)

26. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Rendimentos de aplicação financeira	111.082	274.732	111.353	284.616
Descontos obtidos	15.474	25.377	15.478	25.505
	126.556	300.109	126.831	310.121

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.966.448	5.130.851	8.149.622	5.349.254
Amortização fiscal do ágio	(10.433.262)	(10.433.262)	(10.433.262)	(10.433.262)
Resultado de equivalência patrimonial	(489.127)	(687.017)	-	-
Despesas indedutíveis	961.595	3.380.112	961.595	3.380.112
Redução da carga tributária das controladas	-	-	(252.061)	-
Efeito líquido das adições e exclusões temporárias	3.921.295	(2.707.536)	3.921.295	(2.707.536)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.926.949	(5.316.852)	2.347.189	(4.411.432)
Compensação de prejuízo fiscal	(578.085)	-	(578.085)	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.348.864	(5.316.852)	1.769.104	(4.411.432)
Imposto de renda - alíquota 15%	(202.330)	-	(265.366)	(154.238)
Imposto de renda - alíquota 10% (adicional)	(110.886)	-	(152.910)	-
Contribuição social - alíquota 9%	(121.398)	-	(159.219)	(64.165)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(434.614)	-	(577.495)	(218.403)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	103.699	-	103.699
Imposto de renda e contribuição social total	(434.614)	103.699	(577.495)	(114.704)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Empresa em 2018 e 2017 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e transações com partes relacionadas com vencimento de curto prazo, e transações com partes relacionadas de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Empresa não possui e, também não efetuou, empréstimos, financiamentos e operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2018 e 2017.

29. EFEITOS DO COVID – 19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países nos quais atuamos, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional.

A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia a dia das pessoas.

A Entidade continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e até o momento não sofreu impacto material financeiro.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, eventos que devessem refletir em ajustes ou divulgação em notas explicativas.

31. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de outubro de 2021.

* * *